



PROPOSTAS DE GOVERNO

PADRE TON – Governador

Maria de Fatima Ferreira de Oliveira Rosilho – Vice-Governadora.

1. Nos últimos doze anos, os governos do PT e seus aliados, transformaram o Brasil para melhor, a partir de um programa vitorioso que combina crescimento econômico, controle das contas públicas, estímulo à geração de empregos, aumento do salário mínimo e, principalmente, a política de redistribuição de renda copiada por outros países: o Bolsa Família. Neste período, Rondônia foi uma das Unidades da Federação mais beneficiadas com recursos de investimento nas áreas de energia, infraestrutura de transporte, moradia, saneamento, saúde, educação, distribuição de renda, entre outros. Segundo o IBGE, no período de 2002 e 2010, o PIB de Rondônia saltou de R\$ 7,8 bi para mais de R\$ 23 bi e o IDH avançou quase 11%.

2. No entanto, os avanços nas áreas econômica e social, obtidos graças aos incentivos federais, não foram acompanhados pelas instituições públicas estaduais. Pelo contrário, no período de menos de dez anos, o Estado foi alvo de pelo menos cinco grandes operações policiais, que resultaram na prisão temporária de diversas autoridades de alto escalão de todas as esferas de governo. É visível o descompasso entre a população, que empreende e progride,

e as instituições estaduais, cada vez mais incapazes de prestar serviços públicos de qualidade à população.

3. Somente um governo democrático e popular, construído de baixo para cima, com ampla participação da sociedade civil organizada, como é tradição no PT, será capaz de reverter o atual estado de degradação das instituições públicas e colocar o Estado de Rondônia a serviço da população e não de poucos privilegiados, como ocorre desde a sua fundação. Para isso, será preciso fazer uma ampla e profunda reforma administrativa, com a finalidade de aumentar a eficiência das instituições do Estado e humanizar os serviços públicos prestados à população; reduzir os desperdícios e os desvios de recursos; modernizar os instrumentos de controle, aumentando a transparência e o controle público das decisões do governo; humanizar os serviços e inverter prioridades em favor dos que mais precisam.

4. Nosso Governo criará as condições políticas para implementar uma reforma fiscal e previdenciária, capaz de tornar o sistema de arrecadação mais justo e transparente, ampliando a base de contribuintes e reduzindo a sonegação. Ao mesmo tempo, as mudanças devem possibilitar ao Estado reequilibrar suas contas, para que possa assegurar o pagamento dos benefícios aos futuros aposentados, devolver-lhe a capacidade de dar contrapartida nas transferências federais e aumentar os investimentos na área social e na infraestrutura do Estado.

5. Nosso Governo utilizará todos os meios legais para estimular o desenvolvimento sustentável, combinando crescimento econômico com proteção e uso dos recursos naturais e equidade social. Criaremos as condições institucionais para o fortalecimento das principais cadeias produtivas do Estado, propiciando maior agregação de valor aos produtos exportados; diversificação e ampliação da indústria local; estímulo à inovação tecnológica; fortalecimento do associativismo e do cooperativismo, apoio aos empreendimentos em regime de economia solidária; viabilizar os meios para atrair investimentos diretos na economia estadual, entre outras estratégias fortalecimento de nossa economia; criar um programa de produção florestal, como modelo alternativo de uso do

solo, combinando os objetivos de recuperação de áreas degradadas e geração de renda. Apoiaremos fortemente a nossa agropecuária e aquicultura, que são a base da economia rondoniense, priorizando os empreendimentos em regime de economia familiar, por meio de uma assistência técnica mais focada nas verdadeiras demandas dos agricultores.

6. Na linha de colocar Rondônia numa rota ascendente de desenvolvimento sustentável na próxima década, será preciso melhorar e acelerar programas de infraestrutura estratégicos como construção de novas moradias, em parceria com o Governo Federal, ampliar a rede de fornecimento de água potável e energia elétrica de qualidade, coleta e tratamento de esgoto; implantar o programa de gestão dos aeroportos regionais, melhoria dos portos, além de implantar eixos rodoviários de interligação de regiões estratégicas como a construção e pavimentação da Estrada do Parque, ligando Nova Mamoré a Campo Novo, e pavimentar a Estrada do Boi, entre os municípios de Parecis e Corumbiara. No eixo da BR 364, será necessário terminar o anel viário de Ji-Paraná, tirando o trânsito de veículos pesados do centro da cidade e as alças norte e sul do anel viário de Porto Velho.

7. Será na área social, no entanto, que nosso Governo deixará sua melhor marca. Para isso, será preciso realizar um amplo programa de estruturação e fortalecimento das organizações responsáveis pela implementação da política de assistência social, por meio do fortalecimento do SUAS, programa de alimentação escolar; estratégias inovadoras de segurança alimentar e nutricional, bem como, expandir os centros de convivência da pessoa idosa e pactuação com os municípios para estruturar os serviços de prevenção e enfrentamento à exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes.

8. Nosso Governo representará uma mudança radical em relação ao tratamento dado hoje às políticas voltadas para mulher, juventude, populações tradicionais, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, assim como no respeito e defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana, por meio da garantia de espaços de participação, controle e gestão das políticas públicas estaduais; criaremos um programa de valorização das unidades de conservação, incluindo

melhoria na gestão das áreas e implantação de infraestrutura capaz de viabilizar atividades de pesquisa, turismo e lazer.

9. Na área da educação e cultura, o Governo do PT vai ampliar a oferta de vagas escolares de qualidade e em tempo integral, por meio da construção de novas unidades escolares; buscará a melhoria permanente da qualidade do processo ensino e aprendizagem, garantindo formação continuada aos professores e às professoras e valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação. Trabalharemos em conjunto com os servidores e servidoras para construir o plano estadual de educação e o plano de cargos, carreiras e remuneração dos profissionais que leve em conta tanto os anseios da categoria como a necessidade de prestar um serviço de qualidade aos usuários. Criaremos as condições políticas e administrativas para a descentralização dos recursos da educação, eleição direta para gestores escolares, realização de chamada de vagas via internet, fortalecimento da inclusão digital nas escolas como elemento pedagógico e a alimentação escolar. Atuaremos para tornar Rondônia território livre do analfabetismo, distribuir gratuitamente uniformes escolares, apoiar as escolas famílias agrícolas como estratégia prioritária de educação do campo, priorizar a política de educação escolar diferenciada para os povos indígenas e consolidar as ações de ciência e tecnologia a fim de estimular a inovação em áreas prioritárias para do desenvolvimento do Estado. Estruturaremos uma política de cultura, com foco no etnoturismo e turismo rural, reestabelecendo o calendário de eventos culturais do Estado.

10. No campo da saúde, nosso governo priorizará a regionalização do atendimento médico de média e alta complexidade nos municípios pólo, efetivando o pleno funcionamento dos hospitais regionais de Cacoal, Ji-Paraná, São Francisco, Ariquemes e construção de uma nova unidade de urgência e emergência em Porto Velho; criaremos as unidades móveis de atendimento à mulher e tratamento de doenças como anemia falciforme, catarata, entre outras. Criaremos um programa de formação de profissionais de medicina por intermédio de bolsas que assegurem a permanência dos egressos por um período determinado prestando serviços no município de origem.

11. No plano da segurança pública, o Governo do PT e seus aliados buscarão reduzir os atuais índices de violência que figuram entre os mais elevados do País; criaremos as condições políticas e institucionais para a integração das ações das polícias e aproximação com a comunidade, de forma a melhorar a eficiência do sistema como um todo; adequar o contingente policial às necessidades regionais, implantação da ouvidoria e desenvolver nos agentes a consciência do pleno respeito aos direitos humanos e garantias dos direitos constitucionais; reduzir a superlotação nos presídios, estabelecer parcerias para disponibilizar vagas de educação profissional com elevação de escolaridade e de ocupação de mão-de-obra aos detentos.

Porto Velho-RO, 02 de julho de 2014